

LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual n.º 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovados pelo Decreto n.º 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo n.º 2801-05.67/14-3, concede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO nas condições e restrições abaixo especificadas.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR: 20071 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
CNPJ: 92.802.784/0001-90
ENDEREÇO: RUA CALDAS JÚNIOR, 120 - 18º ANDAR
BAIRRO CENTRO
90.010-260 - PORTO ALEGRE - RS

EMPREENDIMENTO: 117943 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (SES) DE IJUÍ / RS
LOCALIZAÇÃO: - REDE COLETORA ENTRE AS RUAS HUMBERTO DE CAMPOS, JULIO LOPES, CARLOS ZIMPEL E TRAVESSÃO 10
- 4 (QUATRO) ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS,
- ETE (MÓDULOS 2º E 3º) ENTRE O RIO POTIRIBU E O ARROIO MOINHO - COORDENADAS GEOGRÁFICAS: -28.3580722°S E -53.9177937°W

A PROMOVER A INSTALAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: SISTEMAS DE ESGOTO SANITÁRIO DE IJUÍ

RAMO DE ATIVIDADE:	3512.10
POPULAÇÃO ATENDIDA:	118.379 HABITANTES
ÁREA DA ETE EM M²:	70.000
VAZÃO EM M³/DIA:	23.675 (274 L/S)

II - Condições e Restrições:**1. Quanto à licença ambiental:**

- 1.1. A ETE deverá tratar somente o esgoto sanitário previsto no projeto proposto nesta FEPAM;
- 1.2. Concluída a implantação do empreendimento, na vigência desta Licença, deverá ser solicitada a Licença de Operação;
- 1.3. Caso a implantação do empreendimento não seja concluída na vigência desta licença deverá ser solicitada a sua renovação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade.

2. Quanto à localização geográfica da área de intervenção e compensação florestal:

- 2.1. Fica autorizada a intervenção na vegetação secundária em estágio inicial e médio, para instalação de interceptor para ETE, no perímetro definido com pontos de coordenadas geográficas P1: -28.3583778°; -53.9178295°; P2: -28.3660454°; -53.9197561° e P3: -28.3699899°; -53.9193604°;
- 2.2. Para fins de reposição florestal obrigatória deverá ser observado o ponto de coordenadas geográficas: -28.3580722°; -53.9177937°;
- 2.3. Deverá haver acompanhamento do responsável técnico pelo Laudo da cobertura vegetal nas atividades em que houver intervenção em vegetação nativa.

3. Quanto à preservação e conservação ambiental:

- 3.1. É proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres (Lei Federal 5197/67);
- 3.2. Deverá ser observada a Lei Federal nº 11.428, de 22/12/2006, no que se refere ao bioma Mata Atlântica;
- 3.3. Não poderá haver supressão de vegetação nativa em estágio primário, e secundário em estágio avançado de regeneração nos traçados do empreendimento;
- 3.4. Não poderão ser utilizados locais próximos a recursos hídricos, considerando o leito maior sazonal, para descarte de beta-foras;
- 3.5. Em caso de necessidade de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local com licença ambiental em vigência;
- 3.6. Deverão ser implementadas medidas de prevenção, contenção e monitoramento de processos erosivos na área do empreendimento;
- 3.7. Deverá ser mantida como área de preservação permanente - APP a área situada em faixa marginal, medida a partir da cota 251, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta (50) metros, para o Rio Potiribú localizado na porção leste da gleba prevista para instalação da ETE, de acordo com o Código Florestal Federal (Lei 4771/65) e a Resolução CONAMA 303, de 20 de março de 2002 - Art. 3º inciso I;

- 3.8 Deverá ser mantida como área de preservação permanente – APP a área situada em faixa marginal, medida a partir da cota máxima de inundação, em projeção horizontal, com largura mínima de trinta (30) metros, para o Arroio do Moinho, localizado na porção oeste da gleba previsto para instalação da ETE, de acordo com o Código Florestal Federal (Lei 4771/65) e a Resolução CONAMA 303, de 20 de março de 2002 - Art. 3º inciso I;
- 3.9 Deve ser preservada a mata ciliar dos cursos d'água, ocorrentes na gleba prevista para instalação da ETE, conforme Art. 23 do Código Florestal Estadual e Art. 155 do Código Estadual do Meio Ambiente;
- 3.10 Deverá ser realizada a compensação florestal por meio do plantio de espécies nativas nas áreas de preservação permanente na faixa de influência direta do empreendimento, visando à restauração da mata ciliar, bem como mitigar a intervenção em APP ocasionado pela obra de infraestrutura;
- 3.11 A recomposição ambiental da faixa de intervenção do interceptor deverá adotar como critério, a manutenção das características naturais da paisagem.

4. Quanto ao empreendimento:

- 4.1 Os equipamentos do sistema de tratamento do esgoto sanitário, não poderão ser implantados em áreas de preservação permanente - APP;
- 4.2 Deve ser executado o projeto de cortinamento vegetal do entorno da ETE com o plantio de espécies nativas da região, de modo a formar uma barreira vegetal a fim de minimizar possíveis incômodos à população do entorno;
- 4.3 Deve ser executado cortinamento vegetal no entorno das EBEs com espécies nativas da região;
- 4.4 O projeto de implantação da ETE deverá assegurar a não contaminação do aquífero freático;
- 4.5 O projeto de implantação da ETE deve garantir que a área a ser ocupada não seja inundada;
- 4.6 Os resíduos sólidos decorrentes das obras deverão ser comprovadamente destinados a local com licença ambiental de operação em vigência;
- 4.7 Deve ser executado o programa de educação ambiental, conforme proposto;
- 4.8 Deve ser executada a supervisão ambiental da implantação do empreendimento, com acompanhamento constante de responsáveis técnicos habilitados no decorrer da implantação do empreendimento, com posterior envio de relatório técnico **trimestral** a FEPAM. Este acompanhamento visa o controle e a minimização de impactos provenientes da implantação da atividade sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade, bem como fazer cumprir as condições e restrições desta licença.

5. Quanto ao uso de explosivos:

- 5.1 O desmonte de rocha deverá obedecer ao Plano de Fogo e a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) a ele vinculada;
- 5.2 Deve ser observada a norma técnica da ABNT-NBR 9653/2005 para desmonte com uso de explosivos;
- 5.3 Deve ser observado o Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000, levando em consideração as distâncias mínimas existentes entre residências, ferrovias e rodovias;
- 5.4 Os impactos ambientais oriundos do desmonte com explosivos (pressão acústica, vibrações) durante a implantação do empreendimento deverão ser monitorados periodicamente, através de métodos geofísicos ou sistemas que forneçam, com maior segurança possível, parâmetros a serem estabelecidos para que haja uma minimização destes impactos;
- 5.5 O empreendedor deverá manter relatórios referentes às detonações realizadas no empreendimento (planilhas de fogo) durante o período de utilização de explosivos, contendo os monitoramentos ambientais julgados necessários;
- 5.6 Durante a fase de implantação deverá ser apresentado a esta Fundação, semestralmente, cópia de todos os relatórios referentes às detonações realizadas no empreendimento (planilhas de fogo), caracterizando as medidas de controle ambiental implantadas, relacionando-as com o Plano de Fogo.

6. Quanto a Cobertura Florestal:

- 6.1 Deverá ser observada a legislação referente à preservação de vegetação arbórea nativa, e em caso de supressão de parte da mesma, deverá ser atendido o Decreto Estadual nº. 38.355, de 01/04/98 e a Resolução nº. 300 de 20/03/2002 do CONAMA;
- 6.2 Deverá ser atendido o que determina a Lei Federal nº. 11.428, de 22/12/2006, e no Decreto Federal nº 6.660/2008, no que se refere à utilização e proteção da vegetação nativa no bioma Mata Atlântica;
- 6.3 É vedada a supressão de vegetação primária e vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica que ocorrer no local de instalação do Interceptor da ETE;
- 6.4 Esta Licença autoriza a supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial e médio de regeneração, resultando em volume aproximado de 170.0989m³ e 237.3982m³, em uma área de manejo de 13 ha, de acordo com o informado pelo responsável técnico e observando dados do Inventário Florestal Contínuo do RS em alusão aos dados da Bacia Hidrográfica Ijuí-Piratini-Itapemaquã;
- 6.5 A supressão da vegetação nativa deverá ficar restrita aos locais previstos para a instalação do empreendimento, conforme projeto técnico apresentado, e as atividades de manejo deverão ser acompanhadas por um técnico responsável;
- 6.6 O responsável técnico deverá estar presente e monitorar as atividades de intervenção zelando pela manutenção da cobertura florestal nativa, evitando supressão desnecessária e em desacordo com o Projeto técnico;
- 6.7 A matéria-prima florestal oriunda da supressão deverá ser armazenada em propriedade da CORSAN, e para fins de transporte para desdobro em madeira ou serraria deverá ser emitido o Documento de Origem Florestal;

- 6.8 Havendo necessidade de efetuar a doação da matéria-prima florestal, deverá ser previamente solicitado à Fepam a Autorização para o procedimento de doação, informando os dados pertinentes deste processo.
- 6.9 Deverá ser efetuado a Supervisão Ambiental, e enviar Relatório Pós-corte, com detalhamento dos volumes oriundos da supressão, do armazenamento, das medidas de mitigação do impacto ambiental, do cronograma de execução da Reposição Florestal Obrigatória e demais informações pertinentes;
- 6.10 A supervisão ambiental, exigida no item 4.9, tem como objetivo exercer o controle e a minimização de impactos provenientes da atividade proposta sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade existentes, bem como fazer cumprir as condições e restrições desta licença.

7. Quanto a Reposição Florestal:

- 7.1 Deverá ser executada a reposição florestal obrigatória por meio do plantio de 7.920 (sete mil novecentas e vinte) mudas, e deverá ser realizada no prazo de 2 (dois) anos, a partir da emissão deste licenciamento;
- 7.2 Deverá ser observada a Tabela das espécies nativas propostas para plantio, bem como o número de mudas por espécie, constantes no presente Processo Administrativo;
- 7.3 Deverão ser apresentados relatórios anuais atinentes à reposição florestal obrigatória, após o término das atividades de campo, por um período de 4 (quatro) anos, assinados pelo responsável técnico;
- 7.4 A execução da reposição florestal deverá ser acompanhada pelo responsável técnico, visando garantir o correto desenvolvimento das atividades de plantio, condução e estabelecimento das mudas em local apropriado;
- 7.5 Deverão ser preservados os exemplares nativos ameaçados de extinção, conforme Lei Estadual Nº 9.519 de 06/07/92 (Código Florestal Estadual) e Decreto Estadual Nº 42.099/2002.

8. Quanto ao Projeto de Esgoto Sanitário:

- 8.1 Deve ser assegurada uma distância mínima de 20 m. entre os equipamentos de tratamento e o limite da área da estação;
- 8.2 O projeto tratamento do esgoto sanitário deve ser executado conforme proposto, constituído de: - *Tratamento Preliminar*: gradeamento; desarenador; medidor de vazão;
- *Tratamento Primário*: Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente tipo RAFA, constituído de 3 digestores anaeróbios por módulo- cada um composto por uma câmara de digestão e duas de decantação, com 5 (cinco) leitos de secagem por módulo;
 - *Tratamento Secundário*: filtro biológico aeróbio, constituído de 3 (três) unidades filtrantes por módulo;
 - *Tratamento Terciário*: 2 (dois) Banhados Construídos já implantados para receber efluente dos 3 (três) módulos .
- 8.3 O tratamento do efluente sanitário deve obedecer aos padrões de lançamento conforme quadro abaixo:

Parâmetro	Resolução CONSEMA 128/2006	
Vazão máxima (m³/d)	23675	
Temperatura	< 40°C	
pH	Entre 6,0 e 9,0	
Materiais Flutuantes	ausentes	
Sólidos Sedimentáveis (ml/L)	≤ 1,0 em teste de 01 (uma) hora em Cone Imhoff	
Óleos e Graxas (vegetal ou animal) (mg/L)	≤ 30	
Sólidos Suspensos (mg/L)	< 50	
DBO ₅ a 20°C (mg O ₂ /L)	≤ 40	
DQO (mg O ₂ /L)	≤ 150	
Nitrogênio Amoniacal (mg N/L)	≤ 20	
Fósforo Total	Concentração (mgP/L)	Eficiência %
	1	75
Coliformes Termotolerantes	Concentração NMP/100ML	Eficiência %
	10³	99

- 8.4 Todas as substâncias que poderão estar presentes no efluente deverão ser informadas. Caso ocorra algum parâmetro diferente dos acima relacionados, o padrão de emissão deverá obedecer a Resolução CONSEMA Nº 128/2006 e a Resolução CONSEMA Nº 129/2006;
- 8.5 O efluente tratado não poderá conferir ao corpo hídrico, características em desacordo com o seu enquadramento, conforme art.28 da resolução CONAMA Nº 357/200;
- 8.6 A rede coletora deve ser do tipo separador absoluto
- 8.7 O lançamento do efluente tratado deve ser no Rio Potiribui, através de canalização;
- 8.8 Operação e manutenção do sistema devem ser pela CORSAN.
- 8.9 O lodo desidratado deve ser disposto em local licenciado por esta Fundação.

9. Quanto aos riscos ambientais:

- 9.1 Em caso de ocorrência de qualquer acidente que resulte em dano ambiental, o órgão licenciador deverá ser comunicado imediatamente.

10. Quanto à publicidade da licença:

- 10.1 Deverá ser atendida a PORTARIA Nº 17/2009 – DPRES, em virtude do porte do empreendimento cujo modelo pode ser obtido na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br.

III - Documentos a apresentar para solicitação da Licença de Operação:

1. Comprovante de pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Tabela de Custos disponível na home - page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br.
2. Requerimento solicitando a Licença de operação;
3. Cópia desta licença;
4. Programa de monitoramento da eficiência da ETE, previsto para a fase de operação;
5. Programas de monitoramento da qualidade do Rio Potiribú;
6. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela operação da ETE;
7. Relatório final de supervisão ambiental, incluindo fotos atualizadas e ART do responsável técnico, comprovando o atendimento de todos os condicionantes desta licença;
8. Programa de medidas adotadas para o controle de ruídos e vibrações no entorno das EBEs;
9. ARTs dos programas e relatório de supervisão

IV - Com vistas à renovação da LICENÇA DE INSTALAÇÃO a empresa deverá apresentar:

1. Comprovante de pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Tabela de Custos disponível na home - page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br.
2. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Instalação;
3. Cópia desta licença;
4. Novo cronograma físico de implantação do empreendimento;
5. Declaração do empreendedor informando em que situação se encontra a instalação do empreendimento;
6. Relatório de supervisão ambiental acompanhado de levantamento fotográfico, descrevendo as fases implantadas do empreendimento, com ART do responsável técnico.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.

Para início de operação da atividade, o empreendedor deverá obter junto ao órgão ambiental a LICENÇA DE OPERAÇÃO, no prazo de validade da Licença de Instalação. Caso a atividade não venha a ser implantada neste período, o empreendedor deverá solicitar a renovação desta licença.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 30 de abril de 2015.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 30/04/2015 a 30/04/2017.

Este documento licenciatório foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição na página www.fepam.rs.gov.br.

fepam@.



Nome do arquivo: 086407.pdf

Autenticado:

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Rafael Volquind

04/05/2015 17:35:47 GMT-03:00

68610998053

04/05/2015 17:35:47

